

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**Os Montenegros no Vale
do Açu: um jugo coronelista ?**

Simone Fonseca Silveira

Natal (RN), julho de 1995.

Simone Fonseca Silveira



Os Montenegros no Vale do Açu:
um jugo coronelista ?

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, em regime de estudo
individualizado, sob a orientação do
professor **Zoroastro Ramos Cardoso**, em
1995.1, no Curso de História da
UFRN.



“Engana-se quem pensa que o coronelismo morreu com os velhos coronéis. O coronelismo já desapareceu, mas o mandonismo político e econômico se mantém vivo, com outras armas como o talão de cheques, o trator e o arame farpado, prosperando sob novos disfarces.”

Faltou citar autor

LC



SUMÁRIO

Introdução	05
1. O Coronelismo como poder privado municipal: das origens à sobrevivência atual.	07
1.1. Introdução	07
1.2. O Coronel	08
1.3. Um voto por um favor	09
1.4. Se não vai por favor . . . violência, corrupção e influência	10
1.5. O que mudou para que nada se transformasse	12
2. O Vale do Açu (subzona do Açu): uma região privilegiada	15
3. A Família Montenegro em Ipanguaçu: apogeu e decadência	18
4. O Coronelismo dos Montenegros: desmistificando suas relações de poder	22
4.1. Uma prática eleitoral tipicamente coronelista	22
4.2. A política da troca de favores	23
5. Conclusão	26
6. Bibliografia	28
7. Anexos	31

INTRODUÇÃO

Com suas raízes fincadas no período colonial, o coronelismo conserva na sociedade brasileira até os dias atuais traços de dominação e subordinação, principalmente aqui em nosso Nordeste. Talvez um tema academicamente ultrapassado, mas, com certeza, uma realidade ainda muito atual na política do Rio Grande do Norte, um estado inteiramente dominado por duas ou três oligarquias.

Neste trabalho nos propomos a uma pesquisa histórica sobre um desses modelos de força e poder político, os Montenegros no Vale do Açu (RN). Uma família que conseguiu exercer todos os possíveis papéis de decisão de uma sociedade, de padre a juiz. Um jugo que o povo da região suportou por várias décadas e ainda sofre suas conseqüências.

Foi com o olhar voltado para esse contexto de nossa história, que resolvemos tomar como objeto de nossa monografia a investigação das relações de poder dos Montenegros, no período de 1856-1982, e as influências do coronelismo sobre as mesmas.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira consiste no resgate do referencial teórico sobre o coronelismo. Na segunda parte

procuramos mostrar a cara da região do Vale do Açu, o espaço físico que limita o objeto desse estudo. Em seguida levantamos as características da política dos Montenegros na região, especialmente no município de Ipanguaçu entre 1948 e 1982. Por fim, cruzamos essas características com a política coronelista já trabalhada na primeira parte.

1. O Coronelismo como poder privado municipal: das origens à sobrevivência atual.

1.1. Introdução

Resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada, o coronelismo é mais uma forma peculiar de manifestação do poder privado, uma acomodação dos resíduos do nosso antigo e exorbitante regime. O coronelismo foi, e ainda é por esse interior de Brasil afora, a maneira daquele poder coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Na definição de Pang, "o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas".¹

O coronelismo tem suas raízes fincadas no sistema colonial do Brasil, época do feudalismo atrasado dos primeiros colonos introduzidos no país pela Coroa portuguesa. Entretanto essa forma de poder político atingiu seu auge entre 1850 e 1950, florescendo durante a Primeira República (1889-1930), quando experimentou sua completa expansão e assimilou a plenitude de suas características. Emergiu, portanto, numa época de crise e instabilidade, período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial, para comandar a política local e regional, chegando mesmo a funcionar como um estado informal, conforme observou PANG (1979).

A multiplicidade dos coronéis é o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada

¹PANG (1979), p. 20. Ver ref. — .

↓
ref. incorreta.

em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco sangüíneo, com suas alianças, e grupos de associados econômico-políticos.

1.2. O Coronel

Termo designado ao grande proprietário de terras que dominou a política e a economia brasileira, o coronel foi, no período já retratado, a figura de maior autoridade municipal. Usava de seu prestígio para manipular uma grande massa rural, mantendo-se sempre no poder sem que para isso precisasse assumir cargo de governo. Desde então percebe-se a dimensão do poder de um coronel para com o seu "curral eleitoral", que mantinha acima de tudo a lealdade no ato de votar.

O coronel trazia uma patente da Guarda Nacional (ver anexo 1), criada a 18 de agosto de 1831 e extinta com a República, tendo como mentor espiritual o padre Diogo Antônio Feijó. Essa patente, que dava ao coronel prestígio Real, era perfeitamente compatível com a estrutura social profundamente hierarquizada da época, característica latente das sociedades organizadas sobre as bases do escravismo. Na verdade, tal patente existia de fato ou de direito, ou seja, o povo atribuía o "status" independentemente do título da Guarda Nacional.

Elemento primário do tipo de chefia municipal, considerado diante da massa humana que tira a subsistência de suas terras, o coronel é para o roceiro um homem rico, rico em comparação a sua pobreza sem remédio. Para essa classe não privilegiada só há o coronel para se recorrer nas dificuldades cotidianas e é do coronel que se recebe a ajuda, mesmo que esta, por menor que seja, venha a comprometer sua liberdade política. Aproveitando-se dessa situação de carência absoluta daqueles que moram em "terras alheias", é que o coronel se faz providencial e assistencial para

dominar. As pessoas assistidas ficam eternamente gratas e encaram tudo como uma justa troca de favores em época de eleição. Isso explica a exploração dos coronéis e a alienação política do povo, que cumpre seus deveres no papel de desconhecedor de seus direitos.

1.3. Um voto por um favor

A maioria do eleitorado brasileiro, na Primeira República, reside ou vota nos municípios do interior e se trata de uma população muito carente, em todos os aspectos, dando margem para os chefes locais tornarem-se "imprescindíveis prestadores de favor". Desde a alimentação, passando pelas vestimentas, até o transporte que faça o traslado sítio-sede do município ou capital-interior-local de votação. Tais "favores" são referidos ao custeamento do alistamento como também das eleições, que ambos são de interesse próprio de todo e qualquer coronel. É nessa oportunidade, período de eleição, que o chefe político usa de sua "bondade" pagando o que for de necessário para que o eleitor se "qualifique" e compareça à urna. Principalmente o eleitor rural, que, tendo quem lhe pague tudo, compreensivelmente, obedece a orientação do chefe local, o qual, com insistência, o faz praticar o ato de votar, sendo este indiferente para o praticante.

No período de eleição o coronel indicava seu candidato para concorrer ao pleito e em seguida exigia que sua gente votasse naquele por ele apoiado. Imposição muitas vezes sem apelo, essa exigência tem como contrapartida o dever moral que o coronel assume de auxiliar e defender quem lhe deu o voto. Este é um dos aspectos específicos do jogo eleitoral brasileiro, desde que a República o estendeu a todos os cidadãos alfabetizados:

"Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um

chefe poderoso, de quem já se obteve algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de forma diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião. (...) O poder político é medido através da quantidade de votos que dispõe um chefe local ou regional no momento das eleições".²

Era normal, no período de eleição, saírem os chefes políticos e seus cabos eleitorais em tournées pelo interior, carregados de presentes para seus eleitores: botinas rangedeiras para os homens, cortes de vistosas chitas para as mulheres da família do eleitor, roupas e brinquedos para as crianças, sendo que, num envelope, juntamente com a cédula do voto, havia outras de mil réis. . . Saboroso folclore eleitoral, também conhecido como barganha eleitoral, que ainda se revela pouco conhecido e pouco levado em consideração, mas que tem um significado patente, pois revela uma verdadeira compra do voto em vésperas de votação.

1.4. Se não vai por favor . . .

violência, corrupção e influência

A opressão, a violência e a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para conquistar votos, que, dependendo da região, eram tão empregadas e usuais quanto a arma dos favores e benefícios. A barganha eleitoral trouxe uma séria consequência: habituou o eleitor a pedir cada vez mais, pois descobriu que havia um Estado e uma federação a quem recorrer. Deste modo, não era a eleição um momento de escolha dos mais capacitados, mas um momento de barganha ou de reciprocidade de dons. O indivíduo dá seu voto porque já recebeu seu benefício ou espera ainda recebê-lo. Mas, isso

² QUEIROZ (1985), p. 163. Ver ref.

*Retirar
parênteses.*

tinha um limite e quando este era atingido entravam em cena as forças coercitivas e corruptoras.

O coronel, em geral, vivia numa rede de relações pessoais que lhe garantia o controle político de uma vasta área, seu curral eleitoral. Sua liderança provinha de uma política fraudulenta, à base do voto de cabresto e bico-de-pena. Era permitido ao coronel da localidade nomear outras autoridades escolhidas, os quais não eram mais que seus cabos eleitorais e correligionários, agravando gradativamente seu poder de manipulação.

Portanto, além das manobras com seu curral eleitoral, o coronel ainda contava com seus grandes e muitos aliados, pessoas na qualidade de doutores (médicos, advogados ..) e padres. Os primeiros para garantir a clientela dos funcionários do município, que arbitrariamente podiam ser nomeados ou demitidos; eram também pessoas inteligentes, de cultura, prestígio e que tinham serviços prestados às famílias ricas ou às massas pobres. Os segundos por terem influência moral do ministério religioso contribuindo bastante para o aumento de prestígio do coronel.

A política dos coronéis consistia precisamente na seguinte reciprocidade: se o coronel fosse da “situação”, então ele e seus apaniguados gozavam de todos os benefícios e privilégios, com carta branca para agir e garantia de impunidade. O coronel que garantisse ao governo central um grande número de votos, tinha a recompensa de ser atendido naquilo que reivindicasse do governo para melhorias na localidade onde exerce seu poder político, alegando serem estas melhorias que constróem ou conservam sua posição de liderança. Tais melhorias eram: construção de escolas, estradas, igrejas, hospitais, postos de saúde, água encanada, luz elétrica, correios, etc. Quanto ao coronel que se encontrasse na “oposição”, porém, era como se a maldição tivesse se abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos,

maltratados, aprisionados e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo a quanto se arriscavam. Para o apaniguado, nada melhor do que ter seu coronel na situação, uma vez que poderiam perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua condição.

1.5. O que mudou para que nada se transformasse

A maior parte do eleitorado rural, que compõe a maioria do eleitorado total, é completamente ignorante e dependente dos grandes fazendeiros, a cuja orientação política obedece. Em consequência desse fato, reflexo político da nossa organização agrária, os chefes de partido (inclusive o governo, que controla o partido oficial) tinha de se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais. Esse entendimento conduzia ao compromisso do tipo coronelista entre os governos estaduais e municipais. Assim, nas relações estado-municípios dominava o que por analogia se pode chamar de "política dos coronéis". Através do compromisso típico do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e deles recebiam o necessário apoio para se manterem na liderança, montando as oligarquias municipais.

O compromisso dos governadores com os coronéis assentava, portanto, na falta de esclarecimento do eleitorado rural e no tipo de estrutura agrária latifundiária predominante em nosso país, que perdura até hoje.

"Engana-se quem pensa que o coronelismo morreu com os velhos coronéis. Sem dúvida essa forma de poder privado teve sua decadência com o fortalecimento do poder público — há quem diga que a televisão acabou com o coronel. O coronelismo já desapareceu, mas o mandonismo político e econômico se mantém vivo, com outras

armas, como o talão de cheques, o trator e o arame farpado, prosperando sob novos disfarces."³

O aperfeiçoamento do processo eleitoral contribuiu para o enfraquecimento do coronelismo. Porém, não podemos dizer que temos uma representatividade política perfeita, uma vez que ainda é incontestável o peso do governo nos municípios do interior, através dos resíduos e reformulações da antiga aliança coronelista.

A industrialização fez crescer o eleitorado urbano. A expansão dos meios de comunicação e transporte influenciou bastante no aumento e na diversificação dos contatos da população rural com o mundo, com inevitáveis reflexos na sua conduta política. Todos esses fatores contribuíram desde muito tempo para o abalo paulatino da estrutura econômica e social em que apoiou-se o coronelismo. Contudo, a base de sustentação desse sistema de poder, a estrutura agrária brasileira, não foi atingida. Tivemos ao longo da última década um clamor crescente por parte do Movimento dos Sem-Terra, que tem reivindicado e atuado por reforma agrária. Apesar de todo o poder repressor exercido (público e privado), tal movimento colheu alguns frutos — artigo favorável na constituição de 1988, algumas desapropriações, empreendimentos comunitários através de cooperativas, etc. A estrutura agrária brasileira segue seu processo de decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, sem que quase nenhuma providência de maior aporte político procure modificá-la profundamente.

O resultado disso tudo é a subsistência do coronelismo, que se adapta aqui e acolá — grande latifúndio, exploração da agricultura unicamente para exportação, implantação de beneficiamento primário de monoculturas, "pagamento da emergência" para os trabalhadores rurais

³ LEAL (1975), p. ... Ver ref. 13.

(coagidos pela seca) construirẽm açudes nas terras de deputados, etc — para sobreviver.

2. O Vale do Açu (subzona do Açu)⁴: uma região privilegiada.

Foi no ano de 1689 que o Senado da Câmara de Natal alertava para D Pedro II, Rei de Portugal, que a Capitania do Rio Grande era formada por terras férteis para a lavoura e apropriada para a criação de gado, e em documento informava que todas as léguas de terra dentro dos limites daquela Capitania estariam “dadas a quem quiser pedir”. Seis anos depois (1695), esse mesmo Senado da Câmara avisava, desta vez ao Capitão-Mor-governador Agostinho César de Andrade, que “as terras da Capitania do Rio Grande estavam todas doadas”.⁵

O final do século XVIII e a primeira metade do século XIX foram marcantes para a região, que aos poucos ia sendo conquistada, tendo obrigatoriamente o reconhecimento topográfico. A partir daí, afirmou Câmara Cascudo (1968), “começa uma história sem possibilidades documentais. Mais story do que history. É a odisséia dos posseiros, homens sem título legitimadores da estabilidade”.⁶

Localizada a noroeste do estado às margens de rio perene, a região do Açu sempre foi povoada, sua ecologia impõe a presença humana permanente. A história tem início com a fixação de currais, sesmarias e embates com os nativos inconformados com a invasão de suas terras. De 1685, com a Guerra dos Bárbaros, até o começo do século XVIII o movimento das tropas tornou o ambiente hostil e difícil para o trabalho da lavoura e da pecuária, isso porque o indígena via o gado como um animal de caça legítima. Açu era o

⁴ Para visualização da região estudada ver mapa do RN no anexo II.

⁵ CASCUDO (1968), p. 23. Ver ref. 05.

⁶ Idem, p. 25.

?

centro do mais alto interesse econômico pela fecundidade da terra e abundância dos produtos naturais, caça, pesca, frutas, madeiras.

Em 1772 já havia uma povoação e dezesseis anos depois estava instalada a Vila Nova da Princesa, saudando D. Carlota Joaquina, futura Rainha de Portugal. O nome popular real, lógico, é o Açú, valendo o rio condutor das atividades da região. No memorial de 1689 enviado pelo Senado da Câmara de Natal a El Rei de Portugal, D. Pedro II, havia referências que demonstravam a importância da região devido localização privilegiada.

Com o passar dos anos a cidade foi crescendo e com ela os interesses políticos e econômicos. Era preciso tornar divisório o poder das lideranças, que já não eram poucas. Assim, da cidade de Açú desmembraram-se alguns municípios, dentre eles o maior era o de Santana do Matos (1836) com 2.596 km².⁷

Santana do Matos, parida da fazenda Bom Bocadinho, pertencente ao português Manuel José de Matos, era uma zona de pastorícia e lavoura no ciclo de penetração criadora e agrícola do Açú, ao correr da segunda metade do século XVIII. Até 1919, o município encontrava-se sob o poder do chefe político Antônio de Carvalho e Souza. A partir desse ano ingressou na política daquele município o jovem Manuel de Melo Montenegro, militando as hostes do Partido Republicano, marcando o início da fase áurea da família Montenegro no poder.

Hoje, a subzona do Açú, como é chamada oficialmente, é uma das três subdivisões geo-econômicas da zona mossoroense, ocupa uma área de 4.821,9 km² de mais rico Vale e conta com oito municípios. Assenta sua base econômica na produção agrícola e possui uma expressiva posição no cenário

⁷Censo do IBGE de 1940.

político do estado. Dentro da subzona do Açú está o município de Ipanguaçu, com 565,2 km² de extensão e, aproximadamente, 18.000 habitantes, que é o espaço geográfico particularmente tomado para objeto desse estudo, uma vez que fora Ipanguaçu o palco do apogeu do poder político da família Montenegro, foco do nosso trabalho.⁸

⁸Os dados foram recolhidos do Anuário Estatístico - IDEC / 1994.

3. A Família Montenegro em Ipanguaçu: apogeu e decadência.

Tendo suas raízes fincadas na política do rio Grande do Norte desde o século passado (1856), a família Montenegro protagonizou diversos períodos da história do Vale do Açu.

Família tradicional pela ação política no estado, teve um de seus patriarcas, Manuel de Melo Montenegro Pessoa, exercendo já em 1821 um cargo de Presidente da Junta Constitucional Provisória, durante o movimento de independência. Mais tarde, herdando a vocação familiar, o filho Ovídio de Melo Montenegro, abraça a vida pública ocupando de 1878 à 1901 a cadeira de Deputado, tanto na Monarquia como após a proclamação da República. Ao lado do Senador José Bernardo de Medeiros e Deputados: Moreira Brandão, Santa Rosa, Fabricio Maranhão e outros republicanos, atuou no território norte-rio-grandense nos episódios históricos que culminaram com a proclamação da República e chegou a assinar a Constituição Estadual de 1891 (a primeira do Rio G. do Norte). Neste mesmo ano rompeu com o então governador da época, Pedro Velho. Só no ano seguinte voltou ao seu cargo na assembleia, apoiando o partido republicano.

Para se radicar de vez na região com sua família, em alto estilo, Ovídio Montenegro comprou em 1845, pela bagatela da época de 8,00 contos de réis, dos herdeiros de um grande sesmeiro da ribeira do Apodi, Antônio da Rocha Pita, a fazenda Itu. Uma negociata em que, segundo gente da terra, os herdeiros Pitas foram passados para trás pela esperteza do Montenegro, que se aproveitara da confiança nele depositada pelo velho sesmeiro antes de morrer⁹. O imóvel era localizado em Sacramento (hoje Ipanguaçu) e próximo

⁹ Em tom de orgulho e admiração, um ex-político correligionário do Major Montenegro narrou-nos essa história da aquisição da fazenda Itu.

so rio Açú, contava com uma vasta extensão de terras férteis, uma lagoa e uma criação de animais que sustentava moradores e empregados que viviam e cuidavam da fazenda. Na casa grande (ainda existente) Ovídio morava com os parentes e sua família nuclear, residindo por lá até sua morte, quando deixou seus dois filhos, Manuel de Melo Montenegro e Beatriz Paes Barreto Montenegro, ainda menores, como herdeiros.

Em 1919, já unido pelo matrimônio com Dona Cândida de Miranda Borges, Manuel de Melo Montenegro já gozava do posto de Major, Título comprado ao governo (ver carta patente em anexo), quando foi solicitado pelo coronel Antônio de Carvalho e Souza, o então chefe político de Santana do Matos, para ingressar na política daquele município militando as hostes do partido republicano.

A liderança política do Major Montenegro (como era chamado) se concretizou, e com ela o auge da tradição de poder da família, a partir de 1922, quando foi eleito prefeito de Santana do Matos. Seguindo a carreira política, se elegeu deputado em 1925. No ano de 1927, elevou a cidade a Vila de Santana do Matos, na qual era líder incontestado, sendo cognominado o pai desta cidade. Em 1930 foi deposto pela Revolução e durante os quinze anos da ditadura Vargas permaneceu na sua fazenda Itu, afastado da política oficial. Com o retorno do regime constitucional no país, o Major Montenegro volta a militar no poder público, florescendo como poderoso líder da região açuense. Como que para demonstrar a força de seu poder político para com o povo, se une a outras autoridades e elege Aluizio Alves a Deputado Estadual. Em 1948 reafirmou, sem deixar dúvidas, seu retorno ao poder na região, quando criou o município de Ipanguaçú. Além do mais, estava ele unindo o útil ao agradável. Já residia lá, era dono de uma vasta propriedade onde dezenas de famílias dependiam dela para sobreviver, e era um líder da região

em busca de uma delimitação mais objetiva para seu poderio, onde pudesse dominar com maior eficácia e sem concorrência, inclusive.

O major já nem precisou mais se dispor à prefeitura do segundo município por ele fundado, o que levou a primeiro prefeito interino de Ipanguaçu o senhor Nascimento Cordeiro de Macedo (1949-1950), nomeado pelo então governador José Varela e por força do Major Montenegro. Assim também se deu com o segundo prefeito interino o Capitão José Gomes de Souza Bastos (1950-1952), mais uma vez o Major demonstrava seu grau de prestígio e poder na região.

O primeiro prefeito eleito foi o senhor Dr. Néelson Borges Montenegro, filho legítimo do Major Montenegro, cuja gestão durou de 1953 a 1957. Seus sucessores até a década de 80 foram: Vicente Inácio de Oliveira (1958-1962), Nelson B. Montenegro (1963-1969, segundo mandato), Joacy Fonseca (1970-1973), Maria Eugênia de M. Montenegro (1973-1976) e Edson Gê Gonzaga (1977-1982), todos indicados e apoiados pelo Major Montenegro que tinha em suas mãos um número de votos quase igual ao número de eleitores do município.

Já no final do mandato de Edson Gê Gonzaga (1980), o Major é surpreendido com o rompimento definitivo do então prefeito com a sua orientação política. Traíndo a confiança dos Montenegros, o prefeito lançou candidato próprio, Hélio S. Lopes, para as eleições de 1982, contra o candidato do Major, Luiz Alberto de Sá Leitão. Pela primeira vez depois de décadas à frente da prefeitura, o Major sofre uma derrota eleitoral, marcando o início da decadência política dos Montenegros.

Acabada a eleição o Major já se encontrava cansado pelo peso da idade (86 anos), quando decidiu entregar a política municipal ao seu filho primogênito Néelson Borges Montenegro, egresso de um mandato na

Assembléia Legislativa Estadual em 1978. Dois outros filhos do Major ingressaram na vida pública: Edgard B. Montenegro, deputado estadual por várias legislaturas e prefeito da cidade de Açu por um mandato, é atualmente homem de certa influência na política do vale; e João Batista B. Montenegro (falecido), que também elegeu-se deputado estadual e prefeito de Afonso Bezerra.

Ainda por influência do Major Montenegro e suas velhas bases eleitoreiras, seu neto, Paulo Montenegro, foi eleito em 1986 deputado estadual. Atualmente, o substituto político do Major, Néilson Montenegro, ocupa o cargo de vice-prefeito na cidade de Ipanguaçu, cargo esse que se faz insignificante diante do histórico familiar.

4. O Coronelismo dos Montenegros: desmistificando suas relações de poder.

4.1. Uma prática eleitoral tipicamente coronelista

Como a maioria dos chefes municipais que orgulhosamente ostentava o título de coronel, major ou capitão, o Major Montenegro também comprou sua patente. Dono de grande propriedade de terra adquirida por herança de seu pai, resolveu fixar residência e criar seus filhos na fazenda, além do que, estando ele morando no município o qual fundou tornava-se mais fácil a dominação dos moradores que já se faziam em grande número residentes na sua propriedade, a seu serviço.

O que mais se revela comprometedor da política dos Montenegros com o sistema de poder coronelista é a política eleitoral, é a “caça” do voto. Durante o período de eleição o Major visitava os moradores da localidade e atendia suas necessidades mais urgentes. Um verdadeiro “investimento” de alto retorno e baixo risco: roupas, calçados, comida, transporte, tudo isso o Major distribuía entre os eleitores para que estes não tivessem motivos de se ausentarem no dia de depositar seu voto nas urnas.

Apenas consolava algumas necessidades supérfluas diante da dura vida que levavam aquelas pessoas, mas aquilo funcionava como água no deserto, como caolho em terra de cego. Os moradores tinham a honra de receber temporariamente em sua humilde casa o senhor dono do chão em que pisavam, ainda por cima carregado de comida, tecidos, calçados, remédios, etc. E o que era melhor, em troca aquele bom homem “só pedia” o voto do cidadão e de toda a sua família.

Conhecedor de todo seu curral eleitoral, o Major Montenegro sabia de cor quem votava nos seus candidatos.

“O major tinha uma lista com o nome, o número do título, a zona e a seção do eleitor. E como conhecedor de toda aquela gente, tinha uma base de quem votava ou não no candidato por ele indicado. Antes do resultado das eleições, o Major, sabendo quem tinha votado, já tinha certo qual o vencedor.”¹⁰

Elegia o prefeito e os dez vereadores do município, visitando os moradores de casa em casa, dizendo:

“Eu venho aqui em sua casa por que preciso de você, quando você precisar de mim vá à minha.”¹¹

Nessas visitas o Major reforçava os nomes dos candidatos a serem votados: o candidato majoritário, à prefeitura, e o candidato a vereador atuante naquela área onde residia o eleitor. Uma forma de distribuir os votos entre seus correligionários a fim de garantir toda a bancada da Câmara Municipal, performance por sinal alcançada em várias eleições.

“Ele dividia o número de eleitores de acordo com o número de seus candidatos a vereador. Por exemplo, eu morava aqui no centro, então quem morasse no centro votava em mim, quem morasse em Itajá, votava no candidato indicado para aquela localidade. Assim, o Major garantia a eleição pra todos os seus candidatos.”¹²

4.2. A política da troca de favores

A visão de política e dos políticos era típica do coronelismo, puramente do apadrinhamento, da troca de favores, do prestígio pessoal, da lealdade e das afinidades de parentesco (traço oligárquico) ou de interesses político-econômicos, a chamada política dos coronéis (ver p. 10). Não havia a defesa* ideológica e nem a consciência da diferenciação de projetos, havia apenas

¹⁰ Depoimento de uma antiga professora da cidade de Ipanguaçú, participante ativa dos processos cletivos da época, que chegou, inclusive, a pesquisar informalmente sobre a história do município e da família Montenegro.

¹¹ Depoimento de um correligionário, ex-candidato dos Montenegros, residente em Açú.

¹² Depoimento de um ex-presidente da Câmara de Vereadores ipanguaçense.

*"o grande homem dono da terra, poderoso e rico, pagador das despesas, admirável e respeitável, que nos protege e faz bem-feitorias, por isso é merecedor do voto do povo."*¹³

A liderança política do Major Montenegro já abarcava todo o Vale, mas foi o município de Ipanguaçu que escolheu para ser chefe local. E ao estilo dos grandes coronéis, o Major Montenegro já não mais se candidatava. Como líder maior da localidade, demonstrava a força de seu poder particular sobre sua gente sem precisar de cargo público, bastava-lhe indicar seu representante e fazer com que este fosse eleito com o voto do povo, que lhe devia tantos favores.

Mal percebiam os moradores que estavam pagando um preço muito alto naquela barganha, qual seja, o preço de suas liberdades de escolha. No momento que juravam lealdade ao major estavam perdendo o direito de escolher livremente seus representantes. Estavam engrandecendo os poderes do major, enquanto eles se tornavam cada vez mais dependentes dos "favores" de seu chefe político.

Nessas circunstâncias o major já não só assumia a posição de chefe político, mas também de conselheiro, de delegado, de empregador no funcionalismo público, de casamenteiro e até de pai de recém-nascido, assistindo a mãe e registrando e apadrinhando o bebê, seu futuro eleitor, obviamente. Essa era a tática dos coronéis para se manterem na liderança de seus municípios, cercando o eleitor por todos os lados, para que o povo só visse nas suas intervenções as soluções para os problemas, quaisquer que fossem eles.

Através da garantia dos votos de sua gente, o major assumia um compromisso típico do coronelismo com o governo geral, fornecia certa quantia de votos ao governador em troca este daria o apoio financeiro no que

¹³ Depoimento de um popular em Ipanguaçu.

se referisse a melhoria da localidade. Se alguma melhoria tivesse ser alcançada para o município, esta seria pelas mãos do major. Isso ampliava seu prestígio diante da população, que já o admirava e respeitava pela sua bondade e interesse de ajudar a todos. Durante décadas o Major seguiu esta linha e foi bem correspondido.

5. Conclusão

“Quando morreu, o sertão compreendeu ter perdido seu chefe. Gigante e bondoso senhor do Açu. Republicano com sérias atitudes corajosas, as suas respostas desassombradas, a sua lealdade partidária e a sua confiança nos amigos, o tornou sempre merecidamente chefe incontestado deste rincão banhado pelo rio Açu”.¹⁴ Eis a melhor expressão, sistematizada claro, da visão popular do coronel “Major Montenegro”. Admiração, respeito, temor, gratidão e subserviência são as características de uma população que atravessou a “era dos Montenegros” no vale do Açu, especialmente em Ipanguaçu.

Nessa pesquisa acreditamos ter atingido o objetivo de desmistificar a plena identificação da política dos Montenegros com o sistema coronelista de poder privado, revelando um jugo de décadas de alienação e dependência que insiste em sobreviver ainda hoje. Um coronelismo, como vimos, bem peculiar: de pouca expressão nacional e até a nível de nordeste, mas com um alto grau de concentração de poder, um domínio sem concorrentes, sem oposições; oligárquico e situacionista, a serviço da oligarquia estadual que estivesse no governo; e totalmente adepto de todas as práticas espúrias do coronelismo: voto de cabresto, compra de voto, política dos coronéis, apadrinhamentos, fraudes, etc.

Alienação, acomodação, indústria da seca, dependência política e econômica, falta de cidadania e subdesenvolvimento são as verdadeiras marcas deixadas pelo coronelismo na região estudada. Ainda que se observe algum progresso econômico (indústria cerâmica, cultura de frutas para exportação), fica claro que as benesses desse modelo de desenvolvimento não

¹⁴ MONTENEGRO (1990), ver ref. 16.

se destinam às maiorias excluídas. Quem se dispuser a conhecer hoje até mesmo uma cidade de pequeno porte da região, como Ipanguaçu por exemplo, irá se deparar com um surpreendente cinturão de favelas formadas por ex-produtores rurais em torno da sede do município.

E mais, o sistema coronelista sedimentou a cultura paternalista e clientelista no sentimento político do Vale, assim como por todo o país. É quase impossível encontrar um popular que não tenha a política como legítima troca de favores, que não anseie por um “salvador da pátria”, que não desacredite de si mesmo e de seus direitos para recorrer a um “chefe político” em situações adversas.

O mandonismo, o empreguismo, a utilização do cargo público como meio de enriquecimento ilícito, o protecionismo, os currais eleitorais, a tutela do poder privado e muitas outras das terríveis armas do coronelismo, todas amplamente usadas pelos Montenegros, continuam em ação no Vale. É com base nelas que ainda são eleitos ali os “representantes do povo”. O que é pior, tais representantes, que na prática só representam a si mesmos continuam “donos admiráveis” dos destinos de toda a região e seu povo.

Enfim, na prática, a realidade advinda como por efeito da política coronelista dos Montenegros é bem menos digna de admiração do que tanto se prega na região. Só provocou a concentração de terras e poderes, criando uma tradição política espúria e de uma incompetência crônica, sem a menor visão pública e estratégica que fosse capaz de sistematizar uma proposta de desenvolvimento para uma região e um povo tão cheios de potencialidades.

6. Bibliografia Consultada

01. BEZERRA, M. do Nascimento. A Estratégia do Paternalismo na Parceria. Natal: Ed. Universitária, 1987.
02. CARONE, Edgard. Coronelismo e Oligarquias. A primeira república (1889-1930). Corpo e alma do Brasil, Difusão Européia do Livro, 1969.
03. _____. A República Velha: Instituições e Classes Sociais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
04. CASCUDO, L. da Câmara. História da República do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Doval, 1965.
05. _____. Nomes da Terra. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
06. CARVALHO, J. Murilo de. "Coronelismo". In: Dicionário Histórico do Brasil (1889-1930). Rio de Janeiro: Forense, 1985, v. 2.
07. CARVALHO, R. Vasconcelos. Coronelismo e Neo-coronelismo: Eternização do quadro da análise política do Nordeste. Fortaleza, 1987. (mimeo).

08. COSTA, Emília V. da. Da Monarquia à República. São Paulo: Grijalbo, 1977.
09. DINIZ, Eli. Voto e Máquina Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
10. FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre: Globo, 1975.
11. GUIMARÃES, A. Passos. As classes perigosas: bandidismo urbano rural. 1^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. cap. I, p. 112-116.
12. JANOTTI, M. L. Mônaco. O coronelismo: Uma política de compromissos. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense. *data?*
13. LEAL, V. Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
14. LEBRUN, Gérard. O que é poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.
15. MARTINS, R. Batista. A Mazorca: O coronelismo e a violência no processo político brasileiro. Belo Horizonte, 1977.

16. MONTENEGRO, M. E. Macedo. O último dos moicanos. Açú, Revista Graúna, jul-1990, p. 6.
17. PANG, Eul-Soul. Coronelismo e Oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
18. QUEIROZ, M. I. Pereira. O mandonismo local na vida da política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
19. _____. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: História Geral da Civilização Brasileira, III: O Brasil Republicano I: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985. p. 155-190.
20. SOUZA, Maria do C. C. de. O processo político-partidário na República Velha. In: Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel, 1968.
21. TELAROLI, Rodolfo. O poder local na República Velha. São Paulo: Nacional, 1977.
22. VILAÇA, M. V. ; ALBUQUERQUE, R. C. . Coronel, Coronéis. Brasília: Ed. Universitária, 1978.



O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Faço saber, aos que esta Carta Patente virem, que, por decreto de 17 de novembro de 1915, foi nomeado Manuel de Bulhões Montenegro Cação para o posto de Major Cirurgião da 1.ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Ilhéus, no Estado do Rio Grande do Norte, — e como tal gozará de todas as honras e direitos inherentes ao posto; pelo que mando a autoridade competente que lhe dá posse depois de prestada a solemne promessa de bem servir, aos officiaes superiores que o receberem e a todos os seus subalternos que lhe obedeçam e guardem suas ordens. Para servir de título, lhe ordeno passar a presente Carta por mim assignada, e que se cumprirá depois de sellada com o sello das firmas da Republica.

Palacio da Presidencia no Rio de Janeiro, a dois de maio de mil novecentos e dezesseis, no anno quinto da Independencia e vigesima da Republica.

Manuel de Bulhões Montenegro Cação
Carlos Maximiliano Caires dos Santos.

Anexo ?

Anexo

A CARTA DO MAJOR

Meu caro José Luiz,

Na véspera dos meus 95 anos, você me pede um testemunho do que penso sobre o nosso Vale do Açú.

Em primeiro lugar quero lhe dizer que ninguém mais do que eu, deseja vê-lo desenvolvido e feliz. Procurei em toda minha vida ser correto com meus compromissos pessoais e políticos. Minha preocupação desde os 19 anos quando me casei foi deixar para meus filhos um exemplo de zelo e honestidade. Lamento em ver hoje estes critérios colocados em segundo plano. Mas tenho certeza de que um dia se saberá fazer justiça a quem viveu aqui com coragem e retidão, o caminho que devemos percorrer.

Mais do que terras e bens quero deixar para meus filhos, e os filhos dos meus filhos, um exemplo de vida, dedicada à família, à minha terra e a meus amigos.


Quando meus filhos estavam na idade de colégio, eu e Candinha fomos viver com eles em Natal. Quando em Natal não havia mais estudo para eles, nos largamos para o Recife. Só voltamos, quando formados.

Aqui, retornei novamente à Picada. Vim viver onde nasci. Cada pedaço de chão tem a marca dos meus passos.

Considero-me um homem feliz, cercado dos filhos, netos, bisnetos, conterrâneos e amigos.

Quero morrer com a certeza de que a lealdade será sempre o maior dom que Deus concede a todos nós.

Com o meu abraço, a minha amizade e o meu apreço.



Ameix

ZONAS E SUBZONAS HOMOGÊNEAS

LEGENDA

- Limite Estadual
- - - Limite Municipal
- Sede do Município
- ▨ Capital do Estado
- Limite da Zona Homogênea
- - - Limite da Subzona Homogênea

